

SE FOR FAKE, NÃO É NEWS: a desinformação como estratégia da política de tirania e belicosa¹

Paulo Vitor GIRALDI PIRES²
Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

RESUMO

Neste texto busca-se revisitar os pensamentos de Platão sobre o quarto tipo de corrupção, denominado de “tirania”, a partir da Teoria Política Grega. A análise tem amparo teórico nos estudos de Barker (1978), no que tange ao “caos político e social”, e na abordagem da “dialética da defensiva e da ofensiva”, proposta por Aron (1986). Diante do triste cenário econômico da pós-pandemia da Covid-19 e da cruel política brasileira, o estudo volta-se a compreensão do comportamento anti-midiático do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, ao utilizar-se de recursos da política belicosa, com objetivo de distrair a atenção do povo dos assuntos internos do país. O modelo do método da Análise de Discurso de Charaudeau (2006) é utilizado para estabelecer os ângulos de reflexão entre desinformação (*fake* dados) e a política de tirania, no contexto do uso das tecnologias digitais para fins antidemocráticos.

PALAVRAS-CHAVE: fake dados; desinformação; notícia; tecnologias; tirania.

INTRODUÇÃO

A comunicação independente e alternativa ganha cada vez mais força na América Latina. Com a pandemia da Covid-19 e alto índice de desemprego no Brasil, os profissionais precisaram se reinventar para sobreviver à crise econômica mundial. Esse contexto de mutação das atividades laborais também afetou o mercado de trabalho de jornalismo. Em 2020³, havia 13,4 milhões de pessoas no Brasil à procura de emprego, representando uma taxa de 13,5%, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o advento das tecnologias da informação e a implementação do teletrabalho ou *home office*, a prática jornalística não mais se restringe, apenas, as mídias convencionais como redações físicas de jornais impressos, emissoras de TV, rádio e

¹ Trabalho apresentado no GP Pensamento Comunicacional e Cultural Latino-americano do XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pós-Doutorando na ECA/USP. Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). E-mail: paulogiraldi2@gmail.com

³ Pesquisa disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/02/26/desemprego---pnad-continua---dezembro-2020.htm> Acesso em: 29 de mar. 2022

internet. Desde março de 2020, com início do isolamento social por conta do novo coronavírus, as casas se tornaram escritórios para o exercício diário da profissão.

Além do dilema do desemprego entre jornalistas, a Covid-19 resultou na morte de centenas de profissionais. Para muitos não houve escolha de parar de trabalhar, e sim continuar nas ruas, diariamente, na apuração das notícias e na defesa da informação para a sociedade. Em levantamento realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no “Dossiê Jornalistas Vitimados pela Covid-19”, entre janeiro e abril de 2021, foram mortos pelo vírus 124 profissionais, uma média de 31 por mês. Em 2020, essa média foi de 8,3 óbitos/mês, sendo uma morte de jornalista por dia no Brasil. Nesse período do estudo, o total foi de 213 profissionais mortos.

Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) comprova que as mortes no setor de comunicação são maiores do que aparecem. Com base no Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. O boletim registrou 194 desligamentos por morte de profissionais no setor de Informação e Comunicação, no 1º trimestre de 2020. Já em comparação aos números do 1º trimestre de 2021, as mortes saltaram para 435, um crescimento de 124,2%.

Todo esse cenário caótico não é vivido apenas pelos profissionais da comunicação, mas de diferentes áreas – principalmente por famílias pobres, sem geração de renda ou acesso a benefícios e auxílios dignos para viver. Um exemplo disso é a história de um professor e jornalista de BH, que ganhou as páginas dos noticiários, no início do mês de agosto. Eduardo Durães é mestre em Estudos de Linguagem, porém está desemprego como outras centenas de professores e pesquisadores. Com um cartaz pendurado no pescoço, ele pediu emprego nos semáforos de Belo Horizonte (MG): “Preciso de emprego. Sou jornalista, professor e tenho um mestrado. E também uma filha para sustentar. Você pode me ajudar?”⁴ (transcrição do texto do cartaz).

Não obstante, a triste realidade do desemprego, a pandemia desnudou as várias faces da corrupção da política nacional e mundial. Problemas estruturais e ausência de Políticas Públicas eficazes para a Saúde, Educação, Cultura, Moradia e Emprego, são apenas algumas das lacunas de décadas na corrupta política brasileira polarizada.

⁴ Matéria disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/09/professor-e-jornalista-usa-banner-para-pedir-emprego-no-farol-e-viraliza.htm> Acesso em: 11 de agost. 2021.

É com base nessas constatações – sem fake dados ou distorções, que o presente texto busca trazer à tona reflexões científicas sobre o atual momento da vida do país, buscando revisitar os pensamentos de Platão sobre o quarto tipo de corrupção, denominado de “tirania”, por meio da abordagem de Barker (1978), no que tange ao “caos político e social”, e a “dialética da defensiva e da ofensiva”, proposta por Aron (1986). O estudo volta-se ao debate sobre aos ataques midiáticos por políticos contra o Estado Democrático de Direito, com recorte ao comportamento “tirano-patológico” do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, ao utilizar-se de recursos da política belicosa, com objetivo de distrair a atenção do povo dos assuntos internos do país, e promover a desinformação estratégica, com ataques à democracia.

Quarto tipo de corrupção – tirania

“Independência ou Morte”! Nunca fez tanto sentido o grito histórico de D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga na atual cidade de São Paulo, em 7 de setembro de 1822. Em 2022, completam-se 200 anos da Independência do Brasil, momento oportuno para avaliar, se de fato, o país tem caminhado para uma independência democrática ou falaciosa, nesses 521 anos de história. Desde 2016, com o golpe contra a democracia, a e Impeachment da primeira presidente mulher, Dilma Rousseff, a política brasileira vive de retrocessos e da negação dos direitos da população, colocando em risco constante o Estado Democrático de Direito. É possível listar uma série de atitudes do governo federal negacionista, quando se trata de assuntos como investimento da Saúde Pública (SUS), valorização de profissionais da Educação, incentivo e promoção da Ciência, difusão da Cultura local e regional, Políticas de Emprego, entre outros.

O Brasil vive uma verdadeira democracia? Ao abordar uma outra fase da democracia, Platão considera o caos político e social que leva à tirania (562 A – 563 E). O que o filósofo considera como democracia, Barker (1978, p. 244), chama de anarquia de Shelley, onde o homem é: “Sem bandeira, livre, não-jurisdicionado, mas Homem: Igual, sem classe ou tribo ou nação; Isento de reverência, rito ou grau: Rei de si mesmo”⁵. Na abordagem de Platão, quando se trata do sistema democrático, não é possível falar de uma ordem social (um tipo de social único), onde todos os cidadãos devem ser educados simetricamente iguais. Barker traduz o pensamento de Platão:

⁵ Pensamento de Percy Bysshe Shelle, na obra **A Máscara da Anarquia** (1819).

Para ele, o princípio da democracia é justamente a ausência de um tipo social, a inexistência de uma regra, a falta de socialização. Mesmo que cidadão tenha a capacidade de governar, não é necessário que se dedique ao governo (ou que seja governado); isto só ocorrerá por um impulso da vontade individual; o cidadão não precisa ir combater, durante a guerra, quando outros se mobilizam; nem precisa respeitar a paz, em tempos de paz. O desrespeito às leis é mais honroso, na democracia, do que sua observância. A instrução social não tem a menor relevância: a democracia nunca pergunta se o estadista teve a educação adequada; só quer saber se é um amigo “do povo”. (BARKER, 1978, p. 244, grifos nossos)

Nesse sentido, ao estabelecer identificação entre a democracia e anarquia, Platão condena dois princípios básicos do sistema de Estado Democrático: a liberdade e a igualdade. Para ele, não se trata de princípios da vida em sociedade, mas da negação de princípios, abolindo qualquer ideal do “homem democrático”. Em sua tese, a igualdade nega a ordem e a hierarquia sociais – como fundamento de igualdade para todos – iguais entre si ou não. “[...] nega a verdadeira igualdade, que implica em dar mais aos que valem mais, e menos aos que valem menos, pelo critério da igualdade proporcional” (Idem, p. 244). Por fim, defende que a liberdade democrática, nada mais é que a negação do tipo social e da instrução coletiva; afastando os cidadãos da vida coletiva em sociedade e do princípio da conduta social, sendo, também, a democracia uma negação da justiça.

A falácia democrática é vivida no Brasil desde 1964, quando instaurado o Golpe Militar, ao encerrar o governo do presidente democraticamente eleito, João Goulart, também conhecido como Jango. A triste marca sangrenta na história brasileira – a ditadura militar, durou 21 anos, com 5 mandatos militares e publicação de 16 atos institucionais. Foram todos mecanismos sobrepostos à constituição, para restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura. O país sobreviveu a difíceis tempos ditatoriais, nos governos militares de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Quase 33 anos depois, em 2018, é eleito um novo militar para governar o Brasil: Jair Messias Bolsonaro – por meio das eleições e voto livre. Sua campanha eleitoral trouxe como discurso nas urnas, uma narrativa empoderada de salvador da pátria (o messias), e um defensor da democracia por questão estratégica. Tornou-se um pseudo-mito, com a facada. E, desde o início de sua gestão, utiliza-se da política

belicosa e tirana. Esse comportamento do atual presidente do Brasil é muito semelhante ao praticado pelo governo de Dionísio I, em Siracusa. O então escriba de origem humilde, aproveitou-se da guerra com Cartago para tomar o poder em 405 a.C. Na tese platônica, a tirania é o Estado completamente injusto. A exemplo de Dionísio, a base psicológica do governante tirano é o como o da oligarquia e da democracia, ou ainda o que chama de “impulso bestial das feras”.

FIGURA 1 – Dionísio I de Siracusa



Fonte: imagem reproduzida da página do Wikipédia na internet, 2021.

O poder torna-se obsessão patológica e dominadora. E para permanecer no comando do mais alto escalão da política é preciso eliminar (até matar) quem vai contra as ideias do tirano. Como postula Marcondes Filho (1985, p. 83), “[...] o poder, assim, pode reforçar algumas ideias e reprimir, inibir ou fazer silenciarem outras”. Esse poder trabalha dia e noite para reforçar ideias dominantes e manter o controle social. O cidadão vive na sociedade e, constantemente, é influenciado por diferentes ideologias que buscam disputar sua mente, emoções e atenção.

No Brasil, o então deputado federal, Jair Bolsonaro, nas Eleições de 2018, buscou na persuasão e doutrinação da ideologia religiosa, uma arma para matar os inimigos e estabelecer alianças com os poderosos. Porém, ao longo dos últimos dois anos – e agora nesse cenário de caos da pandemia do Covid-19 – com mais 6,37 milhões mortes pela doença no mundo (dados de 21/07/2022), continua a praticar a política de tirania, sustentando um discurso democrático falacioso, usando as redes sociais disseminarem desinformação e desviar a atenção dos assuntos importantes para a vida do país. O atual presidente insiste em espalhar mentiras em suas redes sociais.

Desta forma, o tirano continua empenhado, ao colocar em debate da válida dos votos nas últimas eleições, em pedir a volta do voto impresso, e em ressuscitar a Lei Brasileira de Segurança Nacional (n. 7.170/1983). Essa mesma Lei foi sancionada pelo presidente Figueiredo (1979 a 1985), último presidente do período da ditadura militar.

Após 38 anos, a Lei de Segurança Nacional estava sendo utilizada para blindar o governo bolsonarista de críticas e condenações por práticas criminosas. Em sua estrutura, a Lei “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. Em votação expressiva, o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.108/2021, que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). Para os parlamentares, a LNS é resquíio do regime autoritário.

O apelo para que o texto fosse votado cresceu porque a LSN, criada em 1983, ainda no período da ditadura militar, e pouco aplicada após a Constituição de 1988, passou a ser usada mais recentemente — segundo seus críticos — para punir quem se manifestava contra o governo de Jair Bolsonaro. De acordo com o relator, o número de inquéritos instaurados com base nessa lei aumentou significativamente a partir de 2019, chegando a 51 no ano de 2020. (INTERNET, 2021, grifos nossos)⁶

A LSN estava sendo usada para punir manifestações contrárias ao governo de Bolsonaro, uma forma de calar as críticas e sufocar a liberdade de opinião da oposição. Essa atitude é própria da política de tirania, como reflete Platão, ao teorizar a Política Grega, tão atual para os dias de hoje. Ao tentar abalar as estruturas democráticas do país, o tirano supostamente promove a hiperdemocracia, com atitudes de um revolucionário e capitão da tripulação, quando, na verdade não passa de um covarde e inimigo da democracia. Porém, “o capitão é mais forte do que todos os demais tripulantes, mas é surdo e míope, e não conhece a arte da navegação. [...] Dominado pelos tripulantes em revolta, é obrigado a ceder o leme a um capitão improvisado”.

[...] A democracia é marcada, assim, pela fraqueza, e não pela malícia; mas é a malícia e não fraqueza, que caracteriza a tirania. [...] O tirano se empenha em política belicosa, que distrairá a atenção do povo dos assuntos internos do país, e reforçará a sua liderança política. [...] Quando aqueles que o ajudaram a galgar ao poder começam a criticá-lo, o tirano os afasta; finalmente, levado pelo temor à crítica, rejeitará

⁶ Fonte: Senado - Revogação da Lei de Segurança Nacional segue para a sanção presidencial. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/10/revogacao-da-lei-de-seguranca-nacional-segue-para-a-sancao-presidencial> Acesso em: 10 de agost. 2021.

todos os elementos de coragem, magnanimidade e discrição. O tirano é isolado do bem, será forçado a se aliar ao mal: contratará mercenários, e recruta até mesmo escravos para a sua guarda pessoal. Para se manter no poder, é obrigado a secularizar a propriedade religiosa, a confiscar as terras dos ricos, e agindo como um parricida – a oprimir o povo que o levou ao poder” (BARKER, 1978, pp. 248-249, grifos nossos).

O governo bolsonarista tem se utiliza de uma Política de Guerra, pronta para matar quem se opor aos seus ideais. Portanto, é próprio da política belicosa, regida por regimes totalitários, tentar impor o silêncio, agir com violência verbal e atacar a tudo e a todos. Além disso, propagar a desinformação – as *fakes*, ajuda a distrair a atenção dos assuntos internos do Brasil, como, por exemplo, o combate a Covid-19, o uso de máscara, a importância do isolamento social, e a necessidade da urgente vacinação de toda a população, como estratégia para conter o vírus e mortes.

O modelo discursivo adotado pelo presidente revela um jogo ideológico, a partir da manipulação das relações de comunicação e naturalização da dominância do poder, seduzindo e mobilizando pessoas a prática da política tirana. “Entramos nesse mundo de aparências, no mundo do ideológico e do poder, que é o mundo da linguagem, e no qual estamos condenados a viver” (PINTO, 1999, p. 40). Esse poder está presente em diferentes representações ideológicas (Deus, Estado ou Capital). O atual presidente aposta nessa ideia messiânica:

FIGURA 3 – Capa do Twitter do Presidente

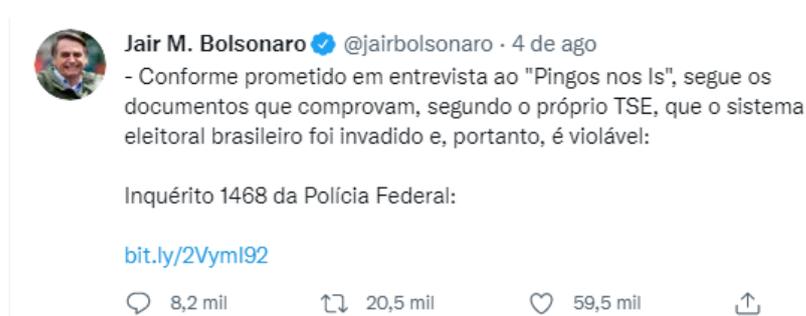


Fonte: imagem reproduzida da página pessoal na Twitter, 2021.

Ao mesmo tempo em que se apropria do apelo pela linguagem divina “Deus acima de todos!”, o mecanismo discursivo negativo tem sido constantemente usado para controle social, no contexto de uma sociedade disciplinada e pelo “esquema positivo de

poder”. Na visão de Han (2015, p. 25), “a positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever”. Essa também tem sido outra estratégia do presidente tirano ao provocar debates desconexos – considerado para o bem e em defesa do povo brasileiro, tentando disseminar dados falsos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro e voto eletrônico, defendendo o voto impresso nas próximas eleições. Em sua conta no twitter publicou diversas mensagens afirmando a possibilidade de violação das urnas eletrônicas nas últimas Eleições, como o tweet de 4 de agosto de 2021.

FIGURA 3 – @jairbolsonaro no twitter



Fonte: imagem capturada da página pessoal na internet, 2021.

Em suas declarações, ele tenta invalidar a conquista de 25 anos do voto eletrônico brasileiro, atitude crítica que não teve durante seus mandatos de deputado federal. Por outro lado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) saíram em defesa das eleições nas urnas eletrônicas, afirmando que o equipamento é protagonista da maior eleição informatizada do mundo, tendo como objetivo a legitimação da democracia e votos limpos.

A auditoria no sistema eletrônico foi realizada pelo TCU para verificar em todas as etapas da votação, — desde a conferência das urnas eletrônicas até a totalização de votos — a segurança, a confiabilidade e a auditabilidade do sistema. Foram utilizados como parâmetros as eleições gerais de 2018 e as municipais de 2020⁷.

Mesmo diante de tantos esforços e negociações internas, a Câmara dos Deputados rejeitou PEC do Voto Impresso. Com placar de 229 votos favoráveis, 218 contrários e uma abstenção, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, que

⁷ Reportagem do G1, Voto eletrônico é auditável e seguro em todo o processo eleitoral, diz área técnica do TCU. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/10/voto-eletronico-e-auditavel-e-seguro-em-todo-o-processo-eleitoral-diz-area-tecnica-do-tcu.ghtml>. Acesso em: 10 de agosto. 2021.

tornava obrigatório o voto impresso foi arquivada. A proposta que previa o voto impresso já havia sido derrubada na Comissão Especial, em 6 de agosto, por 22 votos a 11. Para Marcondes Filho (1985, p.82), as ideias dominantes são incorporadas e projetadas por grupos dominantes, como políticos, religiosos e militares. “[...] impõe-se aos demais e com isso encobrem outras visões de mundo, impedindo que ideias diferentes das suas se manifestem [...] pode fazer-se pelo uso da violência, força física”.

A desinformação como estratégia do desgoverno

“Desde que assumiu a presidência da República, em 1º de janeiro de 2019 [...], portanto com 905 dias de governo, Jair Bolsonaro (ex-PSL), mentiu ou deu declarações distorcidas 3.326 vezes, o que dá uma média de mais de 3,6 *fakes news* por dia”.⁸ Esses são dados do levantamento realizado pelo Aos Fatos, site de jornalismo independente, criado em julho de 2015.

Diferente de outros presidentes, Bolsonaro optou por pelo gabinete midiático, utilizando-se das redes sociais para comunicar com a população, além das entrevistas diárias no cercadinho do Palácio da Alvorada. Sua principal ferramenta de comunicação tem sido o twitter, com 6,9 mi seguidores, e mais de 12,3 mil tweets publicados. Em seu perfil, se apresenta como “Capitão do Exército Brasileiro, eleito 38º Presidente da República Federativa do Brasil”. O presidente ainda segue 585 pessoas, entre elas, os deputados apoiadores e integrantes de sua rede de mentiras: Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro, Bia Kicis, Carlos Jordy, General Heleno e o jornalista, Alexandre Garcia – um fiel defensor de Bolsonaro. Em 905 dias de governo, foram 3.236 declarações falsas.

FIGURA 4 – Mentiras espalhadas no Governo Bolsonaro



Fonte: imagem capturada da página da Redação CUT na internet, 2021.

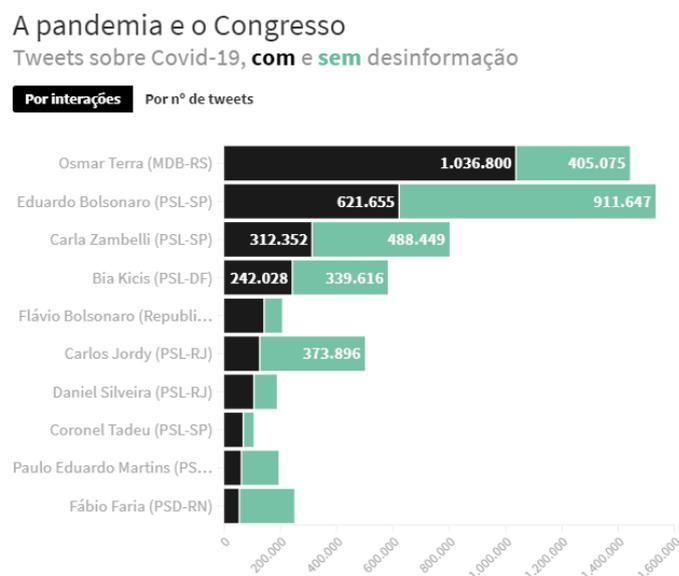
⁸ Título da reportagem: **Campeão da mentira, Bolsonaro espalha mais de 3 fake news por dia**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/campeao-da-mentira-bolsonaro-espalha-mais-de-3-fake-news-por-dia-a5bc> Acesso em: 10 de agost. 2021.

Além do comportamento tirano e doentio, como já refletido, o que leva um presidente da república e demais políticos a espalharem tantas mentiras? Para Wolton (2011), a ideia de informação “mais livre” ameaça a liberdade de imprensa, podendo ser a tirania da demanda, o estágio supremo da informação.

Os desvios da informação correspondem às dimensões da sua vitória política, cultural, econômica e técnica num alegre entrevero das dimensões funcionais e normativas. Dos investidores financeiros aos internautas, dos jornalistas aos militantes políticos, dos políticos aos especuladores, todo mundo defende a liberdade de informação, atribuindo-lhes, claro, sentidos diferentes. (WOLTON, 2011, p. 30)

Como afirma o autor, a estratégia de espalhar a desinformação está atrelada a uma “vitória e alegre entrevo”. Essa prática tem sido constante no atual governo. Em outro levantamento do “Aos Fatos”, em 2020, foram analisados mil tweets sobre o novo coronavírus com mais engajamento de deputados e senadores, entre 11 de março e 15 de dezembro. “Das mensagens avaliadas, 299 (30%) tinham alguma alegação falsa ou imprecisa. Esses tweets (disponíveis [nesta tabela](#)) somaram 3,3 milhões de interações (retweets e curtidas), 31% do total de 10,4 milhões da amostra analisada”⁹.

FIGURA 5 – Desinformação espalhadas por políticos na Covid-19



Fonte: imagem capturada da página da Aos Fotos na internet, 2021.

⁹ Título da reportagem: **Deputados governistas lideram desinformação sobre Covid-19 entre parlamentares no Twitter**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/deputados-governistas-lideram-desinformacao-sobre-covid-19-entre-parlamentares-no-twitter/>. Acesso em: 12 de agost. 2021.

Os resultados mostram que Eduardo Bolsonaro publicou 42 tweets com informações falsas ou imprecisas, um total de 621 mil interações. Já Carla Zambelli postou 27 mensagens que somaram 312 mil curtidas e retweets.

Jornalismo não é *fake*: a arquitetura da notícia

A desconstrução da ideia de *fake news* é com base na arquitetura da informação e dos elementos básicos fundamentais da construção da narrativa noticiosa. Nem todos os fatos se tornam notícias; ainda que a origem da notícia esteja nos fatos e acontecimentos diários do mundo. Assim como, também, a informação falsa não invalida o carácter estrutural da notícia. Quer um exemplo simples: a água ainda que contaminada, não deixa de ser água. Pois, sua essência é o H₂O. A medicina não forma médicos para praticar *fake* cirurgias, essa não é sua responsabilidade ética. Os desvios que ocorrem na profissão – como a prática ilegal da profissão, não pode contaminar a classe de profissionais.

O jornalismo tem por vocação a produção e divulgação de notícias. O que foge a essa regra, por vias tortas e práticas irresponsáveis, não representa a missão da categoria profissional. Sendo assim, “[...] a notícia é o gênero básico do jornalismo pertencente à classe informativa. A notícia talvez seja o subgênero mais estrito do jornalismo” (JORGE, 2013, p. 83, grifos nossos).

Assim é a notícia, pois mesmo que em sua estrutura haja dados equivocados ou mentirosos – desinformações ou *fake dados*, a narrativa noticiosa não é invalidada. O produto jornalístico denominado de “notícia” só pode ser assim denominado, quando em sua estrutura informacional, quando contemplar todas as etapas de produção; - desde a pauta, passando pela apuração, responsabilidade ética e deontológica, até a difusão do conteúdo, nas distintas plataformas de comunicação.

A informação não é notícia. Os dados – por sua vez seleção deles – a informação, é matéria-prima para a produção da notícia. Essa é a especialidade e habilidade do jornalismo, em apurar fatos para a construção da narrativa noticiosa. A informação pela informação não esclarece, não comunica – quando não passa pelo crivo, seleção, apuração e tratamento dos dados; a decodificação da informação. Tudo isso é competência de profissionais jornalistas.

A hiperinformação da nossa sociedade, segundo o autor Han (2014a, p. 62), um fenômeno da transparência, que

[...] por si só, não esclarece o mundo. A transparência tão-pouco assegura clarividência. A massa de informação não gera qualquer verdade. Quanto maior é a informação que se mobiliza, mais intrincado se torna o mundo. A hiperinformação e a hipercomunicação não injetam luz na obscuridade

Ou seja, essa avalanche de informações que circulam rapidamente nas redes sociais, aplicativos de conversas como whatsapp, telegram - além das postagens no facebook, twitter e instagram, não representa uma sociedade mais transparente e informada. Pelo contrário, se não houver seleção e interpretação das centenas de mensagens, com base na verificação de conteúdos, a tendência é propagação da desinformação, por meio do Culto das *Fakes (colere)*. Contudo, não se pode afirmar que existam notícias falsas (*fake news*). É competência a ética no jornalismo, longe desse tipo de produção; difundindo a informação correta, apurada - em formato de notícia.

Marcondes Filho (2002, p. 147) não deixa de questionar a prática de produzir e divulgar notícias pelo jornalismo, diante do sistema das redações, “operando sob o princípio da rapidez, da redução e racionalização linguística, da velocidade [...] até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade ainda são confiáveis?”. Por outro lado, o autor indaga a capacidade do leitor em interpretar tantas informações, muitas delas ligadas a regimes totalitários, ideológicos e persecutórios.

Até que ponto o público está em condições, tem filtros, e mesmo interesse, para fazer uma seleção apurada das notícias que recebe? Como se pode evitar que, por força da velocidade e da incontrollabilidade da rede, pessoas, instituições, movimentos se queimem por efeito de notícias falsas?. (Ibidem)

Para ilustrar esse percurso da produção da notícia, a partir da apuração dos acontecimentos e fatos, propõe-se um modelo estrutural para melhor visualizar essas atividades rotineiras dos profissionais jornalistas. Para os diferentes meios de comunicação – Rádio, TV, sites, revistas, jornais, blogs, plataformas, apps, e demais dispositivos de informação; o caminho de construção da notícia acaba sendo o mesmo.

O que muda é a estrutura da narrativa, sendo redigida para cada tipo de veículo (impresso, audiovisual, online), respeitando os gêneros, linguagem e formato da notícia. Sendo assim, “[...] à notícia, cabe a função essencial de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.17)

ILUSTRAÇÃO 1 - Pirâmide da Notícia



Fonte: Modelo de Pirâmide elaborado pelo autor, 2019.

O modelo acima devolvido ilustra o processo da construção da notícia, ou seja, exige uma arquitetura própria até o produto final. O gerenciamento e administração a informação passa pela competência do jornalismo, com habilidades e detentor dos conhecimentos dos fundamentos da notícia. No que lhe concerne, o jornalista é especialista na produção da notícia e a notícia é resultado/produto da especialidade do jornalismo. É por meio da notícia que são reportados os fenômenos e acontecimentos do mundo, tendo como suporte a narrativa informativa. Desta forma, aqui se defende a existência de dados ou informações falsas, e nunca a ideia de *fake news* – sendo esta propriedade intelectual da prática jornalista ética, humana e responsável.

Ao final, torna-se possível, ainda, questionar o cânone da notícia. Ela pertence à sociedade e não aos donos de jornais, TV, rádio, portais, sites, revistas, blogs, etc. O fato tem vida própria – *autopoiese*, com a força do acontecimento, por isso se representa e se apresenta nas brechas do jornalismo. E para ganhar representação, o fato passa pelo processo cognitivo dos jornalistas, como defende Eliane Brum sobre a prática diária do sensível da notícia. Por fim, a notícia não pertence ao jornalismo ou aos jornalistas. É construção social, conhecimento plural, diálogo e alicerce para uma sociedade democrática, mais justa, solidária e plural – em vista do bem-viver de todos.

Considerações finais

A ideia de *fake news* pode ser uma estratégia belicosa da própria política de tirania. Não é a essência do trabalho da comunicação jornalística responsável, produzir *fakes* ou divulgar conteúdos falsos. Pois, sabendo o papel democrático da imprensa, o tirano levanta falso-testemunho para desmoralizar essa prática profissional secular, tendo ciência da missão ética e constitucional do jornalismo. Por qual motivo um governo atacaria tanta à imprensa? O compromisso do jornalismo é com a notícia e informação correta, transparente; em vista do bem da sociedade. A própria Constituição reconhece a atividade jornalística e sua plena liberdade de informação e comunicação. E, criminaliza qualquer prática de “prestação de informações falsas”, como crime de responsabilidade (Art. 49, § 2º), ao descrever as atribuições do Congresso Nacional.

Em 2020, a violência contra jornalistas no Brasil cresceu 105,77%. Já o levantamento deste ano, da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), revelou aumento de 74% o número de ataques do presidente Jair Bolsonaro, contra a imprensa, em relação ao segundo semestre do ano passado. No total, foram 331 ofensas proferidas pela “rede do sistema Bolsonaro”, que incluem seus filhos, aliados e políticos governistas.

Ao buscar refletir sobre a ideologia da *fake news* – com ataque direto ao jornalismo livre e competente, esse artigo reafirma a prática da desinformação como estratégia da política de tirania, presente no atual governo de Bolsonaro. Diante de todas essas perseguições, é preciso ter coragem para vencer a tirania – não com ataques bélicos ou armamentos de guerra, mas com o conhecimento e a verdade. A tirania é burra, medrosa e doente, não resistirá por muito tempo. Assistiremos sua fatal queda.

Para aqueles que temem a tirania: coragem. A Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 220, assegura “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação”, e ainda, garante que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. Cada aos profissionais defender o direito à informação limpa.

A notícia é instrumento social e democrático, e continuará sendo preservada pelo fiel jornalismo, em constantes transformações estruturais; porém sem jamais abrir mão de sua essência de bem informar, registrar, guardar a história e memória do povo e do país. Por fim, parafraseando Paulo Freire: “O jornalismo é um ato de coragem”.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra**: era planetária – Pensamento Político, Clausewitz. Trad. de Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. **Pensar a Guerra**: a era européia - Pensamento Político, Clausewitz. Trad. de Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BARKER, Sir Ernest. **Teoria política grega** – Platão e seus predecessores. Trad. de Sergio Fernando Guarischi Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1978.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

JORGE, Thais de Mendonça. **Mutação no jornalismo**: como a notícia chega à internet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística/Muniz Sodré, Maria Helena. Ferrari – Summus: São Paulo, 1986.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.